

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS.

Flávio Henrique dos Santos Foguel¹

RESUMO

Vivemos em uma era complexa, onde predomina um sistema que enfatiza ainda a geração de riqueza desenfreada e a expansão dos mercados, em detrimento das pessoas e de seus direitos. Estes efeitos perversos pressionam as pessoas a UMA maior reflexão sobre seus valores e compromissos, bem como sobre alternativas que viabilizem uma nova perspectiva de desenvolvimento humano sustentável, privilegiando a dimensão local e o capital social. Neste contexto, a combinação entre as articulações em rede e a Economia Solidária faz surgir Redes de Colaboração Solidária, como forma de se promover uma vida mais justa e decente para comunidades em situação de exclusão, enriquecendo as interações coletivas, integrando a diversidade e produzindo o capital social. Este artigo apresenta a experiência da Rede ASMOCONP/Banco Palmas, organizada pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), em um bairro de baixo poder aquisitivo do município de Fortaleza (Ceará).

Palavras-chave: Redes Comunitárias, Economia Solidária, Capital Social, Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

We live a complex age, dominated a system which further emphasizes the generation of wealth and unbridled expansion of markets at the expense of people and their rights. These perverse effects pushing peoples further reflection on their values and commitments as well as alternatives that enable a new perspective of sustainable human development by focusing the local dimension and social capital. In this context, the combination between Networks and Solidary Economy raises the Solidary Collaborative Network as a way of promoting a more just and decent life for communities suffering exclusion, enriching the collective interactions, integrating diversity and producing social capital. This article presents the experience of the *ASMOCONP / Banco Palmas* Network , organized by the Residents Association of *Conjunto Palmeiras* (ASMOCONP) in a low income neighborhood of the city of *Fortaleza (Ceará)*.

Keywords: Community Networks, Solidary Economy, Social Capital, Local Development.

I. INTRODUÇÃO

1

Mestre em Administração pela PUC/SP. Professor Universitário e Vice-Reitor do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). flavio.foguel@gmail.com

A sociedade é percebida como complexa e altamente volátil, onde conceitos relacionados à Mudança, Resultados, Eficácia, Consumo são fatores de motivação e pressão sobre os indivíduos. O período compreendido pelo final do século XX e início do XXI caracteriza-se por uma interdependência crescente das pessoas nos mais diferentes e distantes lugares do globo e por transformações paradigmáticas que geram impactos sobre as dimensões econômica, social, cultural, política, tecnológica e de governança da sociedade.

Prevalece ainda o foco na expansão do mercado em detrimento de pessoas e de seus direitos. Os mercados competitivos que trabalham eficiência e produtividade com uma excelência sem precedentes, não garantem necessariamente uma melhor distribuição das riquezas geradas.

Quando o mercado vai muito longe, dominando os resultados sociais e políticos, as oportunidades e recompensas da globalização difundem-se de forma desigual e não equitativa, concentrando poder e riqueza num grupo pequeno de pessoas (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – PNUD, 1999, p. 02).

Entretanto, Sousa Santos (2002) alerta que este cenário decorrente da prevalência da onda globalizante neoliberal vem sendo cada vez mais confrontado por uma globalização alternativa, constituída da base para o topo das sociedades. Redes, movimentos sociais e organizações locais ou nacionais se articulam ao redor do mundo para enfrentarem os efeitos perversos da opção neoliberal: a exclusão social, a precarização do trabalho, a deterioração das políticas públicas, a devastação ambiental, as pandemias, entre outros males. Surgem, então, experiências concretas de desenvolvimento social, alicerçadas no empoderamento comunitário, em redes sociais e na esfera local. Neste contexto, a Economia Solidária aparece como alternativa importante de inclusão socioeconômica e geração de desenvolvimento sustentável. A combinação entre a abordagem colaborativa das redes e a perspectiva da inclusão financeira e do desenvolvimento da Economia Solidária possibilita o fomento e desenvolvimento de Redes de Colaboração Solidária. Este trabalho apresenta a experiência desenvolvida pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras

(ASMOCONP), de Fortaleza – CE, viabilizada pela tecnologia social dos bancos comunitários de desenvolvimento e potencializada pela figura do correspondente bancário.

II. METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve caráter exploratório e abordagem qualitativa. Fez-se uso da pesquisa bibliográfica e documental, visando uma melhor compreensão das temáticas norteadoras (desafios estruturais da sociedade, redes, economia solidária, capital social e desenvolvimento local). A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental analisou documentos da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), do Banco Palmas e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Para a identificação de aspectos específicos da tecnologia social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e para o melhor entendimento dos processos de constituição, estruturação e funcionamento da Rede de Colaboração Solidária, foi definido como modo de investigação o estudo de caso, sendo a coleta de dados realizada por meio de dezesseis (16) entrevistas semiestruturadas realizadas com os atores participantes da Rede ASMOCONP/Banco Palmas (gestores, integrantes das iniciativas, beneficiados e comerciantes).

III. DESAFIOS ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE ATUAL

A sociedade está mudando em ritmo acelerado, impulsionada pelas tecnologias da informação e comunicação. A partir da década de 80, a revolução tecnológica foi viabilizadora de uma intensa reestruturação do sistema capitalista, resultando em novas relações entre Economia, Estado e Sociedade, com forte interdependência global entre países. Para Kohls (1999, p.07), a reestruturação do capitalismo é caracterizada por uma maior flexibilização dos processos de gestão, pela descentralização das empresas e sua organização em redes (interna e externamente), pelo fortalecimento do capital e do conhecimento, pelo declínio dos movimentos dos trabalhadores, pela individualização e

diversificação das relações de trabalho, pela incorporação maciça das mulheres à força de trabalho remunerada (ainda em acentuadas condições discriminatórias) e pelo enfraquecimento do Estado do bem-estar social.

Segundo Castells (2000a), o mundo vem sendo transformado por dinâmicas alicerçadas na reestruturação capitalista e produtiva, na globalização financeira e de mercados e na emergência do conhecimento como recurso estratégico, viabilizadas por uma revolução tecnológica impulsionada pelas tecnologias informação e comunicação. Para este autor, presenciamos o advento de uma nova arquitetura social, denominada Sociedade em Rede.

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão de sua lógica modifica profundamente a operação e os resultados dos processos produtivos e da experiência, poder e cultura (CASTELLS, 2000, p. 497).

A Sociedade em Rede é caracterizada pela elevação da complexidade nas interações entre seus participantes, que aumentou muito a interdependência sistêmica por todo o planeta, impactando indivíduos, comunidades, organizações, ecossistemas e regiões. Se por um lado se constata benefícios sem precedentes (como a geração de riqueza, de conhecimento e de benefícios à saúde humana), por outro vivenciamos intensamente os efeitos perversos (como explosão demográfica, concentração de riqueza, pobreza extrema e humana, degradação ambiental, desemprego e deterioração da qualidade de vida nas cidades). Dowbor (2007) alerta que a elevação da complexidade social gerou desafios estruturais (*megatrends*) que demandam uma melhor compreensão e ações sem demora. São eles: as novas tecnologias e seus impactos sobre a sociedade, os efeitos da globalização financeira, os impactos sobre a dimensão social, a degradação do meio-ambiente, as transformações no mundo do trabalho e os efeitos da urbanização. Estas megatendências carregam uma força inercial que ultrapassa em décadas todas as ações que tomarmos agora. Todavia, independente do tamanho das dificuldades e da morosidade da reversão das tendências atuais, as ações de enfrentamento devem ser implementadas, pois se trata do futuro da humanidade. Os desafios são coletivos e precisam ser pensados e enfrentados de forma colaborativa e coletiva. Neste contexto, a

lógica do enredamento pode viabilizar uma poderosa dinâmica de ação, potencializando relações, fortalecendo vínculos, alavancando parcerias e alianças, construindo e disseminando conhecimento coletivo e gerando desenvolvimento de forma sustentada.

IV. REDES E CAPITAL SOCIAL

O uso da abordagem em Redes cresceu bastante nos últimos anos, pois a sua lógica sistêmica e colaborativa parece responder melhor às demandas cognitivas e produtivas de uma época complexa e volátil que vivemos. Nota-se o uso da lógica de redes nas mais diferentes áreas do conhecimento, desde a Biologia (com a Teoria dos Enxames), passando pela Medicina (com a Neurociência) até a Administração (com os estudos sobre redes organizacionais).

A aplicação da lógica de Redes pela ciência não é recente. Nohria (1992) aponta que, desde a década de 30, várias áreas do conhecimento se utilizam desta abordagem. Acioli (2007) aponta que o uso do termo rede foi adotado pela primeira vez por Alfred Radcliffe-Brow em 1940, e que a expressão Rede Social já era empregada por John Barnes em 1954, em seu artigo *Class and Committees in a Norwegian Island Parish*².

Redes podem ser definidas como

[...] estruturas abertas capazes de se expandirem de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovação e sem ameaças ao seu equilíbrio (CASTELLS, 2000, p. 499)

Granovetter (2000, p. 219) conceitua a Rede Social como “*um conjunto de nodos ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações ou laços de um tipo especial*”. Junqueira (2000, p. 39), a construção das redes é realizada entre entes autônomos que definem e compartilham coletivamente objetivos que norteiam suas ações, preservando a autonomia e especificidades de cada participante. Já Mance (1999) ressalta o

2

BARNES, J. *Class and Committees in a Norwegian Island Parish*. Human Relations, 7, p. 39-58, 1954.

enriquecimento dos participantes gerado pela reciprocidade e trocas ao conceituar Redes como: “*articulações entre diversas unidades que, através de certas ligações, torçam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem multiplicar-se em novas unidades*” (MANCE, 1999, p. 24).

É importante ressaltar que redes devem são alicerçadas em valores coletivos que embasem as ações e comportamento coletivos. Martinho (2006) indica como princípios fundamentais que devem permear as redes: autonomia, valores e objetivos compartilhados, vontade, conectividade, participação, multiliderança, informação, descentralização, múltiplos níveis e dinamismo. Mance (2002) identificou as propriedades básicas de uma Rede, cabendo destacar quatro delas: autopoiese (a capacidade da rede se reproduzir, gerando os insumos necessários para suprir as suas demandas e um excedente que permita a sua expansão); diversidade (qualidade de atender às diversas necessidades e desejos dos participantes da Rede); integralidade (os elos do enredamento estão interconectados e mutuamente se impactam); e agregação (as redes podem se agregar, expandindo a sua capilaridade e diversificando a sua produção coletiva).

É importante se compreender os entrelaçamentos entre os conceitos de Capital Social e Rede. O uso do termo Capital Social não é recente. Foi utilizado pela primeira vez em 1916 por Lyda Hanifan, Ao longo do século XX e início do XXI, vários autores contribuíram com a evolução do conceito, destacando-se: Jane Jacobs, Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, Alejandro Portes, Francis Fukuyama e John Durnston.

Em 1961, a urbanista Jane Jacobs pesquisou várias cidades norte-americanas, interessada em compreender e explicar o que levavam algumas delas a parecerem vivas, pujantes, enquanto outras pareciam estar se extinguindo. Seus estudos revelaram que:

para a autogestão de um lugar funcionar, acima de qualquer flutuação da população, deve haver a permanência das pessoas que forjaram a rede de relações do bairro. Essas redes são o capital social urbano insubstituível. Quando se perde este capital, pelo motivo que for, a renda gerado por ele desaparece e não volta, senão quando se acumular, lenta e ocasionalmente, um novo capital (JACOBS, 1961, p. 138-149)

Jacobs (1961) entende que as redes sociais formam o capital social imprescindível para o desenvolvimento.

Outra importante contribuição para a conceituação do Capital Social veio do sociólogo Pierre Bourdieu. Para Bourdieu (1980), existem três formas de capital: o econômico, o cultural e o social, sendo este último definido como:

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento e de pertencimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p. 67).

Já Coleman (1988) entende o capital social deve ser entendido em termos funcionais, ou seja, engloba todos os elementos da estrutura social que exercem a função de servir os indivíduos para que estes atinjam seus interesses e objetivos. Para este autor, o capital social é um bem público, sendo “*um importante recurso para os indivíduos, podendo afetar largamente suas habilidades para agir e suas qualidades de vida percebidas, tendo, tais indivíduos, a capacidade de fazer nascer tal capital social*” (Coleman, 1994, p. 317). Para este autor, o capital social requer que as relações sociais aconteçam recorrentemente e embasadas em normas e valores compartilhados pelos atores.

Putnam (1996) afirma que o capital social está relacionado com “*as características da organização social, como confiança, normas e sistemas de participação cívica, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.*” (PUTNAM, 1996, p. 177). Já Durston (1999) define capital social como o “*conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, as comunidades e a sociedade em seu conjunto*”. (DURSTON, 1999, p. 01).

Nota-se que o conceito de capital social possui importantes convergências com a abordagem em rede. O rizoma de relações que compõe a rede constitui também o capital

social. Neste sentido, pode-se afirmar que a rede não só fomenta e gera o capital social, como também é o capital social. Outro entendimento relevante é o de que o capital social transcende o mero enredamento relacional, e é sustentado por sentimentos de pertencimento, compartilhamento e confiança, variáveis que são fundamentais na dimensão comunitária.

A rede comunitária produz e amplia os laços de reciprocidade dentro da comunidade, gerando capital social e facilitando o desenvolvimento local. Putnam (1996) identificou através da pesquisa que realizou na Itália, que as “comunidades cívicas” (que apresentam maior capital social, em volume e intensidade) são mais propícias ao desenvolvimento local. Ele enfatizou isto ao apontar que *“trabalhar em conjunto é mais fácil numa comunidade abençoada por um volume substancial de capital social”* (PUTNAM, 1996: p. 35-36). O capital social gera uma série de externalidades que acabam influenciando a produção de capital econômico. Além disso, o aumento da densidade do capital social pode gerar um maior empoderamento comunitário, tendo como consequência transformações sociais positivas que promovam o desenvolvimento local. Durston (2000) define o empoderamento como

um processo consciente e intencionado que tem como objetivo a igualdade de oportunidades entre atores sociais. O critério central é de transformação de setores sociais excluídos em atores, e de nivelamento para cima de atores débeis (DURSTON, 2000, p.33)

Dallabrida (2006) lembra que quanto maior o estoque de capital social de uma comunidade, melhor e mais rapidamente o empoderamento acontece, fortalecendo a comunidade para o desenvolvimento local. Segundo Scherer-Warren (1999), para se gerar o desenvolvimento local sustentável é necessária uma estratégia de cooperação e articulação coletiva e participativa que busque a transformação social de uma localidade.

V. ECONOMIA SOLIDÁRIA, REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Na última década houve um crescimento dos estudos e discussões sobre estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável a partir da esfera local.

Dentre as possibilidades elencadas, a Economia Solidária se apresenta com relevância. No Brasil, este crescente interesse pela temática se reflete na elevação do número de empreendimentos solidários (cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, centrais de comercialização e redes). O Atlas da Economia Solidária, elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2007, mapeou 21.859 empreendimentos solidários em território brasileiro, dos quais 8.046 situavam-se na região Nordeste, 2.176 na região Norte, 3.513 na região Sudeste, 2.878 na região Sul e 1.960 na região Centro-Oeste (BRASIL, 2007).

As origens da economia solidária são encontradas na Europa do século XIX, com o surgimento do movimento cooperativista e a Economia Social, que propunham uma alternativa ao sistema produtivo capitalista e buscavam assegurar o direito ao trabalho (FRANÇA FILHO, 2002). Entretanto, França Filho (2002) lembra que o termo economia solidária foi empregado pioneiramente na França, em estudos publicados por Jean Louis Laville e Bernard Eme. Através destes estudos, os autores buscaram compreender a recente proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas variadas. Na maioria das vezes, estas iniciativas assumem uma forma associativa, tendo como objetivo a solução de problemas permeados por especificidades locais. Surge daí a expressão Economia Solidária como maneira de,

num primeiro momento, indicar, de um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. Do outro lado, sugerir (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas (FRANÇA FILHO, 2002, p. 124).

Apesar da terminologia precisa ter sido usada pioneiramente em 1994 por Laville e Eme, as ideias-chaves já haviam sido abordadas anteriormente. Em 1993, o chileno Luis Razeto publica *Economia de Solidariedade e Organização Popular*, onde conceitua economia de solidariedade como

uma formulação teórica, de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma

racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 40)

Reis e Meira (2005) entendem que, apesar do crescimento do debate sobre o tema, não há um conceito de Economia Solidária consolidado. As autoras identificaram diferentes abordagens, classificando-as como:

- abordagem antropológica (FRANÇA FILHO, 2002; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004);
- abordagem como alternativa de produção (GAIGER, 2000; PAEZ, 2001; SINGER, 2000, 2002, 2004, 2005);
- abordagem como proposta de Economia do Trabalho (CORAGGIO, 2000, 2003);
- abordagem como alternativa de modo de vida (ARRUDA, 2000).

A análise destas abordagens indica que, apesar da Economia Solidária ser estudada por óticas que enfatizam características diferentes, há uma convergência entre pontos fundamentais para a compreensão da temática:

- a necessidade de se repensar a economia, extrapolando a visão capitalista atual;
- a ênfase nas relações e vínculos, na cooperação e na solidariedade;
- a relevância da inclusão financeira como etapa importante para o empoderamento das pessoas e o desenvolvimento local;
- o objetivo de se conquistar uma qualidade de vida decente, viabilizada pelo desenvolvimento humano sustentável.

Dentro da abordagem antropológica, França Filho e Laville (2004) apontam que o conceito de Economia deve ser repensado e, ao se dedicar ao estudo das atividades produtivas e da distribuição de riqueza, deve extrapolar o âmbito do mercado (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 28-30). Baseado em princípios que Polanyi (2000) identificou como base do comportamento econômico (gestão doméstica, reciprocidade, redistribuição e autorregulação do mercado), França Filho (2002) aponta três formas de economia:

• **Economia mercantil:** fundada no princípio do mercado autorregulado. Tipo de troca marcada pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíproca;

• **Economia não mercantil:** fundada no princípio da redistribuição. Marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;

• **Economia não monetária:** fundada no princípio da reciprocidade. Sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica do dom (ou dádiva), tal como formulada ou descrita por Marcel Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do doar, do receber e do devolver. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica do dom, ou da dádiva, obedece a um tipo de determinação social específica, pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal (FRANÇA FILHO, 2002, p. 127)

Segundo França Filho (2002), a economia solidária articula estas três formas de economia, propiciando que

os grupos organizados desenvolvam uma dinâmica comunitária na elaboração das atividades econômicas, porém com vistas ao enfrentamento de problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente, etc. Com isto, estamos sugerindo a ideia de que a economia solidária tem por vocação combinar uma dimensão comunitária (mais tradicional) com uma dimensão pública (mais moderna) na sua ação (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004: p. 18).

O conceito de Economia Solidária está permeado por uma pluralidade que possibilita se considerar outras formas de produção e distribuição de bens e serviços. Neste contexto, França Filho e Laville (2004) apontam cinco características que identificam uma iniciativa de economia solidária: pluralidade de princípios econômicos; autonomia institucional; processos decisórios democráticos; sociabilidade comunitário-pública; finalidade multidimensional.

A abordagem trabalhada por Singer (2002, 2002, 2004, 2005), Paez (2001) e Gaiger (2000), percebe a Economia Solidária como um modo de produção concebido para superar o capitalismo, baseando-se no associativismo, na propriedade comum e na autogestão.

Para Singer (2000), a economia solidária *“surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”* (SINGER, 2000, p. 13).

Os princípios básicos deste modo de produção alternativo são a propriedade coletiva ou associada e o direito à liberdade individual. O exercício destes princípios unifica todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores que passa a deter o capital de forma igualitária, em cooperativas ou sociedades econômicas. A consequência natural é a solidariedade e a igualdade (SINGER, 2002).

Uma terceira abordagem sobre Economia Solidária, trabalhada por Coraggio (2000) discute a economia do trabalho como complemento às economias de mercado e pública hoje existentes. Para este autor, a economia do trabalho é uma economia social que objetiva a geração de bens e serviços coletivos, com um direcionamento que extrapole os interesses individuais. Esta economia é baseada em unidades domésticas e tem como base a Economia Popular, indo além da mera subsistência e sendo *“estrutural ou conscientemente responsável pela reprodução ampliada da vida de todos os membros”* (CORAGGIO, 2003, p. 36).

Para Coraggio (2000), o caráter excludente do capitalismo atual, bem como as limitações das políticas públicas compensatórias, leva os excluídos a buscarem formas de subsistência na economia doméstica, dentro de uma filosofia que não é a da simples reprodução do capital, mas sim da reprodução ampliada da vida.

Coraggio (2000) traz a concepção de uma outra economia

[...] que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos de políticas sociais, de modo a fortalecer os laços sociais entre

seus membros, seus segmentos, suas microrregiões; uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação (CORAGGIO, 2000, p. 116).

Há ainda uma quarta abordagem sobre Economia Solidária, norteadas por uma perspectiva alternativa de modo de se viver. Marcos Arruda (2000) trabalha o conceito de Socioeconomia Solidária, que é baseado em valores humanitários e cooperativos, tendo a solidariedade como valor fundamental. A Socioeconomia Solidária extrapola o modelo econômico atual, constituindo uma opção de modo de vida que propicia as condições para um desenvolvimento efetivo e justo, possibilitando uma qualidade de vida decente e uma percepção integral do indivíduo e da comunidade (ARRUDA, 2003).

Arruda (2000) busca resignificar a economia a partir da origem grega da palavra (“*Oikos*”, “*Nomus*”):

Oikos é a grande casa. Não só a minha casa familiar, que é muito importante como referencial, mas também cada comunidade a que pertencemos, o nosso país e a Terra: a grande mãe Terra que nos abriga, que nos deu origem e que vai receber os nossos restos mortais” (ARRUDA, 2000: p. 205).

Para Arruda (2003), a Socioeconomia Solidária está permeada pela cooperação e solidariedade, dando à atividade econômica uma “*dimensão de encantamento*”, alicerçada pelas “*relações humanas que constituem o fundamento de qualquer real economia*” (ARRUDA, 2003, p. 29). Neste contexto,

A riqueza material cede lugar à riqueza do ser, do fazer e do ter. É um outro padrão, é uma outra concepção dos sentidos do ser humano que vai muito além; envolve o ter, mas um ter a serviço do ser; e um fazer a serviço do ser. O ser é o viabilizador do ter e do fazer. Por fim, competição cede lugar à cooperação solidária, à partilha, à complementaridade e a reciprocidade. A economia de solidariedade dá ao diverso, ao fato de que todos e todas são diferentes, um grande valor, porque entende que isso é uma riqueza da humanidade, portanto, querer uniformizar, significa matar a riqueza da humanidade. Toda unanimidade que se queira construir tem que ser construída a partir da

diversidade, e não às custas da diversidade (ARRUDA, 2003, p. 29).

É muito importante também se pensar em maneiras de construir e ampliar os espaços que dinamizem e multipliquem as relações mútuas entre as várias experiências econômicas que integram a Economia Solidária. Tais espaços podem ser viabilizados por redes sociais que envolvam todos os atores da cadeia produtiva, considerando a produção, a comercialização, o financiamento, organizações populares e o consumo. Estes enredamentos de Economia Solidária são denominados Redes de Colaboração Solidária.

A Rede de Colaboração Solidária é uma estratégia que articula os diversos atores solidários em um “*movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo e que promove o bem-viver de todos que a ela se integram*” (MANCE, 2002, p. 37). Estas redes são compostas por relações entre as pessoas e empreendimentos, buscando a sua viabilidade econômica social e tendo a solidariedade como valor norteador desta articulação (MANCE, 2003). O objetivo central deste tipo de Rede é a geração de trabalho e renda para a população, principalmente para aqueles em situação de exclusão econômica e social, melhorando o padrão de consumo de todos os seus integrantes (MANCE, 2003).

Segundo Mance (2002), as Redes de Colaboração Solidária são constituídas basicamente por três elementos:

- **Células:** todas as células que compõem a Rede são prosumidoras, ou seja, produzem e consomem em suas relações. Em suas relações na Rede assumem os papéis de:

a) ***Células de Consumo:*** grupos organizados de consumidores, que passam a comprar, mercadorias e serviços, preferencialmente de células que integram a Rede. Compram nos estabelecimentos “externos” apenas o que as células produtivas da Rede não conseguem ainda ofertar satisfatoriamente³;

3

A Rede de Colaboração Solidária tem como meta o consumo solidário que, segundo Mance (2002), só acontece quando a elaboração dos produtos e serviços consumidos é feita de forma solidária. É uma alternativa ao consumo alienante.

- b) Células de Produção: são os empreendimentos produtivos cujos produtos apresentam a qualidade para satisfazer as necessidades dos consumidores finais ou dos outros empreendimentos com os quais estão conectados (comerciantes);
- c) Células de Serviço: são empreendimentos que atuam na prestação de serviço, atendendo com qualidade a demanda das células de consumo;
- d) Células de Comércio: qualquer empreendimento que pratique atividades comerciais no interior da Rede, sempre tendo como foco o comércio solidário e a melhoria da qualidade de vida de todos.

- **Conexões**: são as relações que permitem ações coordenadas que permitem a integração da diversidade, a reprodução socioeconômica e o desenvolvimento mútuo. A conexão é uma pré-condição para a existência da Rede;

- **Fluxos**: caracterizado pelas informações, matérias e valores que fluem entre as conexões, viabilizando o processo de crescimento da Rede de Colaboração Solidária.

O consumo solidário acontece quando a comunidade se propõe a consumir produtos e serviços de empreendimentos que integram a Rede de Colaboração Solidária, os quais têm como filosofia a cooperação, a não exploração, a solidariedade e a preservação do meio ambiente. Parte do resultado obtido por estas células (de produção, serviço e/ou comércio) é reinvestida na criação de novos empreendimentos e projetos, criando novos postos de trabalho, melhorando o padrão de consumo e diversificando o mapa produtivo da comunidade (MANCE, 1999, 2003). Dentro desta lógica, quanto mais se reparte, mais células surgem e mais empregos são gerados. Novos trabalhadores também passam a integrar a Rede e a consumir os produtos e serviços lá produzidos (MANCE, 2000). Promove-se uma espiral de crescimento, onde se atende melhor as necessidades de consumo da comunidade, aumentando o nível de renda local e a qualidade de vida de toda a comunidade.

VI. A Rede de Colaboração Solidária ASMOCONP/Banco Palmas

O Conjunto Palmeiras abrange uma área de 118 hectares e surgiu há trinta e cinco anos, resultado do remanejamento de residentes em áreas de risco (principalmente a desocupação da favela Lagamar, situada no centro da cidade, às margens do Rio Cocó) e em regiões situadas no vetor de expansão urbana (de grande potencial econômico e especulativo). Atualmente, possui cerca de 32.000 habitantes, majoritariamente analfabetos e atuando na economia informal. A história desta localidade demonstra uma tradição de lutas e ações da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), na busca da melhoria das condições de vida dos habitantes do Conjunto Palmeiras. O caminho percorrido destaca o engajamento comunitário como o combustível para uma série de conquistas. Desde as primeiras lutas em 1977 (para enfrentar os problemas relacionados à saúde) um longo percurso foi trilhado, alimentando e sendo alimentado pela articulação comunitária. Em 1981 a ASMOCONP foi formalizada, buscando reivindicar melhorias de infraestrutura que promovessem a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Bairro. Experiência relevante nesta época foi a construção dos canais de drenagens, com a obra e recursos sendo geridos em parceria com própria comunidade. Esta experiência de participação e gestão comunitária vivida na construção do Canal de Drenagem foi crucial para que a Associação atingisse uma nova percepção sobre o papel da Comunidade e suas lideranças, transcendendo o caráter estritamente reivindicatório e passando para o protagonismo nas ações de desenvolvimento local. Este novo perfil de atuação culminou na criação do Banco Palmas em 20 de janeiro de 1998, com o objetivo de gerar trabalho e renda, melhorar a qualidade e promover o desenvolvimento local sustentável. Seu caixa inicial contou com dois mil reais emprestados pela ONG Cearah Periferia (para pagamento em 1 ano, com juros de 1% ao ano). Recebeu posteriormente doações a fundo perdido da Ong Oxfam e do Programa GTZ/PRORENDA.

O nome Banco Palmas foi escolhido pela ASMOCONP como forma de homenagear o Bairro e o seu histórico de lutas. O impacto na formação de uma identidade com o Conjunto Palmeiras e no despertar do orgulho de pertencer foi tão

positivo que o logotipo (a palmeira) e a palavra Palmas passaram a ser usados para identificar todos os empreendimentos fomentados pelo Banco Palmas.

O Banco ainda não é legalmente constituído, funcionando como um projeto da ASMOCONP, pois até o momento não há um marco legal específico⁴ para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Com isto, sem poder captar recursos, com caixa limitado e fora do sistema financeiro nacional sua capacidade de atuação ficava extremamente restrita. Isto muda em 2005, com a parceria fechada com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, e o Banco do Brasil, quando o Banco Palmas, através da pessoa jurídica do Instituto Banco Palmas⁵, torna-se correspondente bancário do Banco do Brasil e passa a ter acesso aos recursos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (P.N.M.P.O.).

O Banco Palmas surgiu com o objetivo de desenvolver

um sistema econômico comunitário que conta com uma linha de microcrédito solidário para produtores e consumidores, instrumentos de incentivo ao consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante) e alternativas de comercialização (feiras e loja solidária), promovendo, localmente, geração de emprego e renda para os mais pobres (NETO II; MAGALHÃES, 2005, p. 09).

A filosofia do Banco Palmas pretende equilibrar produção e consumo local através de uma rede comunitária solidária. Para João Joaquim de Melo Neto II, a iniciativa criou “*uma rede de Prosumidores para incentivar a compra no comércio local*” (João Joaquim Melo Neto II, informação verbal).

O sistema integrado de microcrédito gerido pelo Banco Palmas disponibiliza recursos através de cinco linhas de crédito: Cartão de Crédito Palma Card; Microcrédito para produção, comércio ou serviço; Microcrédito para mulheres em situação de risco pessoal e social; recursos para pequenas reformas (Palma Casa); e recursos para fomento de Agricultura Urbana. A concessão do crédito é baseada no controle social (que é

4

Em outubro de 2009, o Banco Central do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) assinaram um protocolo de intenções no sentido de estabelecerem em conjunto o marco legal específico para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

5

Foi criado em 2003 o Instituto Banco Palmas, com o objetivo de sistematizar a tecnologia social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e multiplicá-la através de parcerias institucionais.

também condição primordial para a criação de um banco comunitário de desenvolvimento). Um analista de crédito visita a família solicitante e conversa com os seus vizinhos, cujos depoimentos avalizarão o tomador do crédito. João Joaquim lembra que, mais do que consultas aos sistemas de proteção de crédito, são *“os vizinhos é que confirmam se a pessoa honra com seus compromissos”* (João Joaquim Melo Neto II, informação verbal). A aprovação final é dada por um Comitê de Aprovação de Crédito (CAC), composto pelo analista de crédito, pelo coordenador do Banco Palmas e pela diretoria executiva da Associação, para análise do parecer do analista e emissão de parecer final. O solicitante é avisado da informação e o crédito é liberado. O beneficiado assina um contrato social com o banco, onde se compromete a comprar e vender no Bairro, sempre que possível (NETO II; MAGALHÃES, 2003a);

Outro instrumento importante que integra a tecnologia social desenvolvida é a Moeda Social Local Circulante ou Circulante Local. Trata-se de uma moeda que complementa a moeda nacional (R\$ - Real). Seu principal objetivo é alavancar a circulação financeira no Bairro, possibilitando a ampliação da comercialização local e a permanência da riqueza na Comunidade, com impactos positivos sobre o trabalho e renda dos moradores (REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2006). A moeda oficial é um importante instrumento de geração de riqueza e desenvolvimento do território. Porém, é o Circulante Local que possibilita que esta riqueza permaneça na Comunidade. O Coordenador do Banco Palmas João Joaquim afirma que *“ao se delimitar a área de atuação da moeda, garante-se que a renda gerada no território permaneça na própria comunidade”* (João Joaquim Melo Neto II, informação verbal).

Com um sistema de trocas deficiente pela escassez e homogeneidade da oferta de produtos, o desafio abraçado pela ASMOCONP foi criar uma dinâmica que oxigenasse a Economia e o desenvolvimento local, incorporando os comerciantes existentes no Conjunto Palmeiras e os produtores/empreendedores nascentes (NETO II; MAGALHÃES, 2005a). O Palmas (criado em 2002) tem lastro em R\$1,00 e, como circulante local, tem o objetivo de fazer a riqueza girar e permanecer dentro do Conjunto Palmeiras. Neto II e Magalhães (2003) relembram o trabalho feito em 2002, em parceria com o Sebrae-CE, que resultou no Mapa da Produção e do Consumo no Bairro. Este mapeamento levantou que R\$1.540.251,88 (hum milhão, quinhentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos) eram consumidos mensalmente pelas famílias que residiam no Conjunto Palmeiras. Deste montante, 65,85% dos

produtos e serviços eram adquiridos em estabelecimento externos à localidade, fazendo com que os recursos financeiros não permanecessem na comunidade. O mapa concebido em 2009 já demonstra uma reversão, com o consumo do Bairro na casa dos R\$ 6 milhões, e sensível melhoria na incidência de compras em estabelecimentos situados no Conjunto Palmeiras.

Vale ressaltar parceria estabelecida entre o Banco Palmas e o Banco Popular do Brasil. Para Neto II e Magalhães (2006), este tipo de parceria possibilita que o Banco de Desenvolvimento Comunitário faça chegar à Comunidade serviços financeiros que a rede bancária tradicional normalmente não levaria a uma localidade de baixa renda. Além disso, o posto bancário se transformou num importante pólo de convergência e irradiação da Rede Solidária, pois o morador vai até a sede da ASMOCONP, conversa com o caixa, atualiza-se sobre questões relevantes ao Bairro, recebe material informativo, é convidado para reuniões e treinamentos, e pode verificar oportunidades de trabalho no Balcão de Empregos (que funciona no mesmo local).

Além do acesso aos recursos do PNMPO para dinamizar a economia da comunidade, ao atuar como correspondente bancário o Banco Palmas recebe repasse de taxas pelos serviços financeiros prestados à Comunidade. Estes valores passam a compor o Fundo de Investimento Comunitário do Banco Palmas, utilizado para concessão de créditos ainda mais subsidiados aos mais excluídos.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) são “*serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da Economia Solidária*” (NETO II; MAGALHÃES, 2006, p. 07).

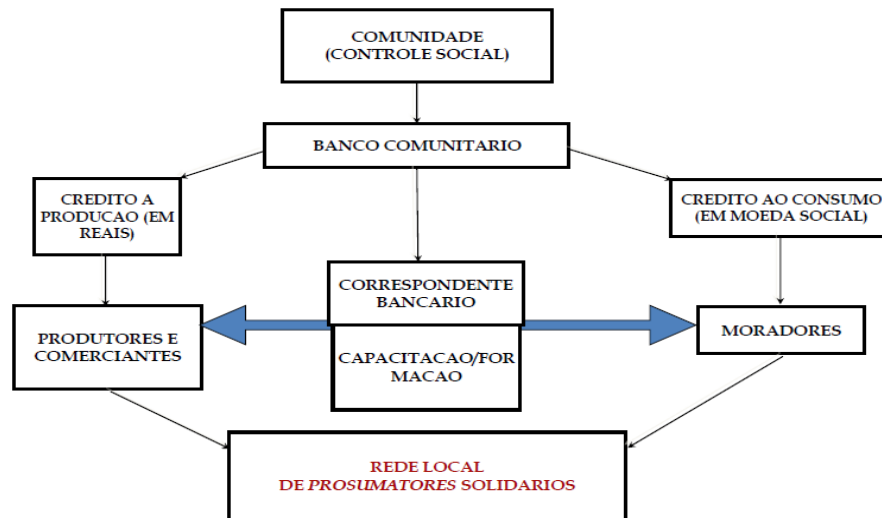
Os BCD apresentam as seguintes características:

1. *é a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se gestora do mesmo;*
2. *atuam sempre com duas linhas de crédito: uma em Reais e outra em Moeda Social Circulante;*
3. *suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;*

4. *apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);*
5. *atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;*
6. *estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias;*
7. *sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas. (REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2006, p. 02)*

O BCD tem como objetivo a dinamização da atividade econômica da Comunidade por meio de ferramentas de finanças solidárias (crédito solidário e moeda circulante local), organizando os consumidores, fomentando novos empreendedores/produtores e apoiando os produtores/comerciantes já existentes. A base destas relações é o solidarismo e cooperação, o que promove uma nova dinâmica de relações e construção de capital social, com potencialidade para transformar o território em uma grande Rede de Colaboração Solidária (Figura 1).

Figura 01 – O BCD dentro da Rede de Colaboração Solidária



Fonte: adaptado de NETO II (2008)

Para Neto II e Magalhães (2005), em qualquer região (município ou bairro) identificam-se 04 níveis de desenvolvimento: fase de assistência, fase de subsistência, fase de sustentabilidade e fase de produção em escala. Na fase de assistência, as famílias vivem dos auxílios oriundos dos diversos programas de assistência governamental. Não possuem estudo ou capacitação profissional, ficando a autonomia extremamente comprometida. Na fase de subsistência, as pessoas vivem de salários, “bicos” ou subempregos. O crédito solidário é fundamental para desenvolver estas famílias e incentivá-las a buscar a autonomia. Aqui também estão os microprodutores informais. Nesta fase o empreendedorismo é elevado e pode ser incentivado através do microcrédito para financiar os novos empreendimentos. A terceira fase, a da sustentabilidade, é onde a autonomia é conquistada. Os empreendimentos atingem o ponto de equilíbrio, as pessoas têm recursos para comprar no comércio e não possuem restrições de crédito. O microcrédito nesta fase contribui para manter ou expandir o empreendimento. A última fase é a da produção em escala, onde o empreendimento possui capital de giro, maquinário e acesso ao crédito no mercado financeiro. Os autores ressaltam que o Banco Comunitário de Desenvolvimento atua nas fases de assistência e subsistência.

No Conjunto Palmeiras, a atuação do Banco Palmas gerou uma maior circulação de recursos no Bairro, propiciando um maior faturamento para os comerciantes existentes, fomentando também o surgimento de novos empreendedores. Este novo ciclo virtuoso gera novos empregos diretos e indiretos, bem como aumenta a valorização dos moradores através da inclusão econômica e social. O Banco Palmas e a ASMOCONP se transformaram em dinamizadores de uma Rede de Colaboração solidária envolvendo produtores e consumidores⁶ do Bairro. Várias células de produção foram fomentadas e projetos para dinamizar as relações foram criados na comunidades. Dentre eles cabe destacar: o Fórum Econômico Local – FECOL, o Balcão de Empregos, as células de produção (Palma Fashion, Palma Art, Palma Limpe, Palma Couros, Palma NATUS e o Laboratório de Agricultura Urbana), as células de comercialização (Central Palmas de Comercialização Solidária, Feira de Produtos), as células educacionais e socioculturais (PalmaTech – Escola de Economia Solidária, Projeto Bairro Escola de Trabalho, Projeto Bate Palmas e Incubadora Feminina Buscou-se então mapear os vínculos organizacionais entre as principais células de produção, de comercialização, de educação e cultura da Rede de Colaboração Solidária⁷, que denominaremos Sistema ASMOCONP/Banco Palmas. A delimitação buscou contemplar as células com maior densidade e frequência de participação dentro da Rede de Colaboração Solidária. Vale lembrar que estas células se relacionam com aproximadamente 1.500 associados, suas ações impactam direta ou indiretamente cerca de 32.000 habitantes, que acabam utilizando a moeda Palmas nos diversos comércios do Conjunto Palmeiras. A Figura 02 demonstra a rede formada pela ASMOCONP/Banco Palmas e estas células projetos, que passam a ser também multiplicadoras da filosofia solidária por todo o Bairro. Nota-se a forte centralidade do Banco Palmas e da ASMOCONP na Rede de Colaboração Solidária.

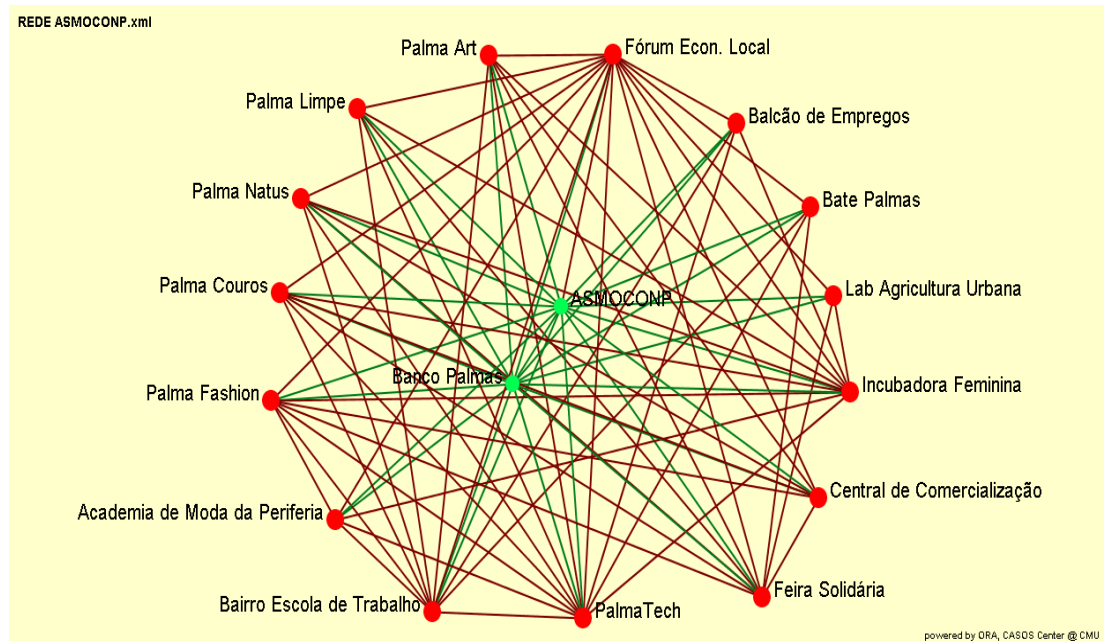
6

João Joaquim de Melo Neto II usa o termo prosumadores, pois todo cidadão é produtor e consumidor de algum produto e serviço, e deve também ser ator-protagonista do processo de desenvolvimento.

7

Para visualização das relações existentes entre estes principais atores da Rede de Colaboração Solidária ASMOCONP, utilizou-se o software chamado ORA (versão 1.9.5.4.0), específico para análise de redes, e criado por equipe do *Center for Computational Analysis of Social and Organizational Systems*, da *Carnegie Mellon University* (CARLEY, 2009).

Figura 02 – Mapa da Rede do Sistema ASMOCONP / Banco Palmas



Fonte: elaborado pelo autor, utilizando-se o software ORA, versão 1.9.5.4.0.

Contudo, é importante ressaltar que o Sistema ASMOCONP/Banco Palmas, além de comerciantes e moradores do Bairro, mantém relações com outros atores (muitas delas através do Instituto Palmas), tais como a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, organizações do Terceiro Setor, organizações públicas e privadas.

Outro aspecto importante diz respeito à gestão, melhor dizendo, a facilitação desta Rede de Colaboração Solidária. A Associação de Moradores possui um núcleo Diretor ao qual estão subordinadas duas grandes gerências: Finanças Solidárias e Formação. Os assuntos relacionados à Economia Solidária (Banco Palmas, moeda social, o crédito solidário) são geridos pela Gerência de Finanças Solidárias. Já a Gerência de Formação tem sob sua responsabilidade os projetos e ações de cunho educacional e sociocultural. Para moderar e facilitar a articulação de todo o Sistema ASMOCONP existem duas grandes Coordenações: a Coordenação Geral do Sistema ASMOCONP / Banco Palmas e a Coordenação Geral de Projetos. Estes coordenadores participam também da gestão do Instituto Banco Palmas, respectivamente como presidente e diretora de relações

institucionais. Além disso, os vários projetos de economia solidária e complementares são gerenciados por coordenadores. O núcleo duro de Gestão, composto pelas Gerências e Coordenações Gerais, é responsável pela condução estratégica do Sistema. Este Grupo se reúne em um Fórum de Gestores, que constitui o maior espaço de discussão gerencial. De acordo com a necessidade, participam também deste Fórum, os gestores dos produtos/projetos apoiados pela ASMOCONP. A Diretoria da ASMOCONP tem um papel mais consultivo e de fiscalização sobre as decisões e o desenvolvimento das atividades das Gerências. Além do Fórum de Gerentes, há a Assembleia Geral, que é a instância máxima dentro da ASMOCONP. Ela tem caráter consultivo e deliberativo e dela podem participar todos os associados, o núcleo diretor da ASMOCONP e as coordenações de projetos. A Assembleia tem periodicidade mensal e o Fórum de Gerentes acontece diariamente. Foi criado também o Fórum Econômico Local, como um espaço de discussão das questões que envolvam o Bairro e suas questões econômicas. É um espaço mais amplo para discutir Economia Solidária e Desenvolvimento Local no Conjunto Palmeiras, extrapolando a Associação de Moradores. A Figura 3 traz um esquema que demonstra as esferas gerenciais do Sistema ASMOCONP / Banco Palmas. As linhas tracejadas demonstram a abrangência dos espaços coletivos para deliberações, consultas e decisões (Fórum Econômico Local, Assembleia Geral e Fórum de Gestores). Especificamente as linhas tracejadas vermelhas apontam a flexibilidade do Fórum de Gestores envolvendo, conforme as necessidades, mais atores para as discussões que embasam as suas decisões

Figura 03 - A Gestão no Sistema ASMOCONP / Banco Palmas

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas informações coletadas nas entrevistas realizadas

VII. ANÁLISE DE RESULTADOS

A pesquisa demonstrou que a Rede de Colaboração Solidária potencializada pela tecnologia social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento tem transformado a vida de várias pessoas na Comunidade. É claro que existe o desafio maior de transformar todo o Bairro em uma grande rede comunitária, e para isto o fortalecimento dos vínculos e da identidade coletiva é fundamental. Vale lembrar que estes são objetivos presentes na Rede de Colaboração Solidária, sobre os quais a articulação planejada entre células de produção, comercialização e consumo e projetos socioculturais tem forte impacto. As entrevistas coletadas trazem informações que demonstram impactos sociais e econômicos sobre o Bairro. A seguir selecionamos algumas delas:

Para mim o crédito foi fundamental. Sem dinheiro não dá para trabalhar. Além desta questão efetiva do crédito, recebo o apoio das feiras, dos eventos de capacitação. Agora, dentro dos eventos que o Banco Palmas organiza, eu tenho a oportunidade de oferecer as minhas tapiocas (comerciante do bairro, informação verbal).

*Nós geramos um emprego com R\$ 600,00. É melhor falar em posto de trabalho, porque emprego é o de carteira assinada, certo? O Estado gasta em média R\$ 7.200,00 para gerar este mesmo posto. Estes são dados do Banco Mundial (base 2000), considerando as políticas de incentivos fiscais do Estado (coordenação do Sistema ASMOCNP/Banco Palmas, informação verbal, **grifo nosso**).*

Mudou muita coisa no Bairro. Nós que somos jovens precisamos de cursos, empregos, ganhar experiência profissional. Porque lá fora nós temos que pagar e é um absurdo o que temos que pagar. Além disso, têm o transporte e a alimentação. Agora com o Bairro Escola, no nosso próprio Bairro, não precisamos sair daqui, os comércios ajudam a nos ensinar a como trabalhar. Só não aprende mesmo quem não quiser. Então, esta iniciativa da Associação foi muito boa. Espero que isto continue sempre, porque os jovens estão gostando e a comunidade também (estudante, informação verbal).

Eu vejo também que diminuiu a violência e melhorou bastante a vida. Antes os jovens ficavam pelas esquinas, conversando e fazendo coisas que não prestam. E com estes

projetos da Associação, os jovens estão sempre aqui (na Associação) se capacitando. Eu vejo que mudou muita coisa. Os jovens estão muito interessados. [...] Muitos jovens saíram dos cursos e já estão contratados, trabalhando até fora do Bairro. (estudante, informação verbal, **grifo nosso**).

*Para mim o maior benefício gerado é o Trabalho. Hoje eu vejo jovens do bairro que não tinham nada e agora estão trabalhando! Vejo muitos jovens dentro dos comércios, comprando com a moeda Palmas. Ou ainda participando do Bairro Escola, prestando serviços. Vejo também pequenos negócios que cresceram, através do Banco Palmas. Eram aquelas pessoas que queriam montar um “negocinho”, mas não tinham dinheiro, o Banco normal não dava. E o Banco Palmas conseguiu emprestar. O dinheiro está no bairro, gerou um poder local muito grande. Temos aqui pequenos negócios de artesanato, pastelaria, costureiras. Enfim, um grande crescimento no Bairro. E nós temos todo um preparo lá no Banco Palmas, nós temos lá uma Incubadora, que é um projeto para resgatar aqueles que não têm nada. Beneficiam muita gente (comerciante e presidente da Associação Comercial do Bairro, informação verbal, **grifo nosso**).*

Importante ressaltar também que o modelo de gestão participativa praticado é considerado um diferencial para a agilidade do processo decisório.

Eu acho que a rapidez destas relações é muito importante. É natural: a comunidade discute tudo no seu dia a dia. Com isto, as decisões acabam sendo muito rápidas e ficam muito fáceis. A polêmica, a estratégia acaba sendo discutida e resolvida no dia a dia. A participação popular está inserida na história do bairro, da Associação e também do banco. Existe a cultura que não temos um banco, não temos banqueiro ou proprietário. A instituição é de todos e o fracasso ou o sucesso atingirá a todos. O fracasso será a desmoralização social de todos e a demissão econômica de todos. Não há uma cultura de dono, chefe, uma hierarquia formal, mas há muito respeito (Coordenação da Rede, informação verbal, **grifo nosso**).

Percebe-se, entretanto que esta gestão compartilhada enfrenta tensões na busca de um equilíbrio onde se consiga alcançar um maior foco e organização, sem gerar um

engessamento que comprometa a eficácia e agilidade já conquistadas. É um processo natural em uma organização que enfrenta um rápido crescimento. Convergir interesses, clarificar alçadas decisórias, sem perder a agilidade e a riqueza da aprendizagem coletiva são grandes desafios de gestão enfrentados pela Rede ASMOCONP.

A autonomia é muito grande, vários sabem de qual gerência participam e outros talvez não, tamanha é a autonomia. Veja o exemplo da Central Palmas de comercialização. Se você chegar lá e perguntar de quem é aquilo, vão lhe dizer que é nossa. Não há um dono, há gestores. Estes empreendimentos são da comunidade. Se você perguntar para o guarda que está do lado do quiosque do Banco Popular quem é o chefe dele, provavelmente ele tenha dificuldade em lhe responder. Não há uma estrutura rígida e simples. É algo moldado para o coletivo. Isto tem prós e contras. Algumas vezes para tomar decisão perguntamos: quem é que decide isto? Por exemplo, as pessoas pedem coisas emprestadas. Quem é o responsável pela resposta? O coordenador, a gerente, o presidente da associação? Como você não tem um processo de gestão rigoroso, às vezes aparecem dificuldades de se saber quem decide. Por outro lado, isto faz todos participarem e chegarem a um consenso. Não há desculpa para se alegar que não sabia ou que não participou da decisão (Coordenação da Rede, informação verbal, grifo nosso).

Na busca deste ponto ótimo entre organização estrutural e dinamismo decisório, a coordenação da Rede ASMOCONP/Banco Palmas entende que um núcleo mínimo de moderação e decisão é crucial para o sucesso da iniciativa.

A rede vai se multiplicando; isto é próprio das redes, não é? Agora, é muito importante existir um mínimo de coordenação, porque com o crescimento a Rede pode tomar rumos totalmente diferentes dos objetivos principais que nortearam a sua criação. E no nosso caso, eu acho que a ASMOCONP e o Banco Palmas fazem esta coordenação. Não é uma coordenação dura, mas sim que mostra os rumos, os eixos norteadores. Enfim, dá a direção.

Confesso que tempos atrás eu pensava em uma rede como uma coisa fluida, sem pé, sem cabeça. Algo totalmente autogestionário. Minha experiência mostra que não funciona.

Tem que ter um nó que seja o facilitador, o direcionador (Coordenação da Rede, informação verbal, grifo nosso).

As visitas feitas ao Conjunto Palmeiras e as entrevistas realizadas com moradores e associados da ASMOCONP clarificaram os fatores primordiais de sucesso da Rede de Colaboração Solidária ASMOCONP: o protagonismo comunitário, a formação de uma identidade coletiva e a força das relações sociais (vínculos) estabelecidos entre os moradores. A seguir alguns trechos de entrevistas que enfatizam estes fatores relevantes:

A cultura de participação que existe no Bairro facilita muito o fomento da Rede, eu diria que é fundamental para isto. O processo de construção da rede é contínuo, através da Associação, dos comerciantes, dos empreendimentos, dos moradores. A Associação tem um papel decisivo, pois participou de todas as lutas do bairro. Nosso grande desafio é tornar o bairro uma rede forte. Envolver comerciantes, os produtores, os outros movimentos sociais, os usuários do sistema. Temos um objetivo comum de tornar este um lugar melhor para se viver (não só economicamente) e também uma história de lutas e conquistas coletivas (Coordenação da Rede, informação verbal, grifo nosso).

O segredo da nossa rede está na identidade da comunidade, na força de nossas relações. Aqui nós somos os atores principais. Tem uma coisa muito interessante que a gente faz aqui. Nós temos toda esta parte histórica, que foi construída, com muita luta e resistência. E hoje 80% das pessoas que coordenam os projetos são jovens. Sabem o que isto significa? Nós conseguimos renovar esta identidade, o espírito, o sonho comum, propagando a importância das pessoas, que elas são protagonistas, que podem comandar as coisas. Quem toma conta do dia a dia, quem faz a coisa rodar é o povo daqui do Bairro. E são jovens! (Coordenação da Rede, informação verbal, grifo nosso).

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rede de Colaboração Solidária em desenvolvimento pela ASMOCONP e pelo Banco Palmas demonstra o potencial de realização da comunidade do Conjunto

Palmeiras. Três meses depois de conhecerem experiências de Economia Solidária na Argentina, membros da ASMOCONP iniciaram a estruturação do enredamento de comércio solidário, com um objetivo estabelecido (desenvolvimento local) e ousadia, demonstrando capacidade de realização e de correr riscos calculados, que são também características do comportamento empreendedor. Ao longo dos últimos dez anos, não só implantaram o Consumo Solidário no Bairro, como também desenvolveram uma metodologia própria, multiplicada hoje por todo o Brasil, praticando a criatividade e inovação, características do comportamento empreendedor. Em toda esta rica experiência há de se ressaltar como fatores críticos de sucesso: a identidade comunitária e o protagonismo desenvolvido no Conjunto Palmeiras, em um histórico de mais de 30 anos de lutas e conquistas. Destacam-se também como pontos fortes, a gestão da Rede pela própria comunidade e a preocupação em desenvolver jovens para assumirem posições de moderação e gestão no Sistema ASMOCONP / Banco Palmas, propagando a filosofia solidária para as gerações futuras e garantindo a sustentabilidade social do enredamento. Aliás, na propagação destes valores solidários, é digno de nota também o esforço comunicacional feito pelos gestores da Rede, com forte impacto sobre o fortalecimento do sentimento de pertencer ao Conjunto Palmeiras.

O sucesso da tecnologia se nota pelo interesse de organizações do mundo todo, pelos vários prêmios recebidos, pela disseminação da tecnologia social através da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (52 BCD's espalhados pelo Brasil) e principalmente pelo reconhecimento demonstrado pela Comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, Sonia. **Redes Sociais e Teoria Social: revendo os fundamentos do conceito**. Londrina: Revista Informação e Informação, v. 12, número especial, 2007. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>. Acesso em 09/04/2009.
- ARRUDA, Marcos. **Um novo humanismo para uma nova economia**. IN: Economia dos Setores Populares. IN: KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco, COSTA, Beatriz (orgs.). Economia dos Setores Populares. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

- _____. **Situando a Economia Solidária.** IN: FUNDAÇÃO LUIS EDUARDO MAGALHÃES. Economia Solidária. Salvador (BA): FLEM, 2003. Disponível em <http://www2.flem.org.br/cadernosflem/economia-solidaria>. Acesso em 12/12/2008.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária.** Brasília: MTE/SENAES, 2007. Disponível em <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasES.html>. Acesso em: 23/05/2010.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura), vol. 1. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **O Poder da Identidade.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura), vol. 2. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- COLEMAN, James S. **Social Capital in the creation of human capital.** American Journal of Sociology, v. 94, Supplement, p. 95-120, 1988.
- _____. **Foundations of Social Theory.** Cambridge (MA): Belknap Harvard, 1994.
- CORAGGIO, José Luiz. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho.** IN: KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco Lara; COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Vozes. Petrópolis. 2000.
- _____. **Economia do trabalho.** IN: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.
- _____. **Economia do trabalho.** IN: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. **A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares.** IN: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. Capital Social – Teoria e Prática. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- DOWBOR, Ladislau. **Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável.** Setembro de 2006. Disponível em: www.dowbor.org/artigos.asp. Acesso em: 03/05/2010.
- _____. **Por uma nova ordem mundial.** Agência Carta Maior 07/03/2007. Disponível em <http://www.dowbor.org/artigos.asp>. Acesso em 10/12/2008.
- DURSTON, John. **Construyendo capital social comunitário.** Revista CEPAL, nº 69, Dezembro de 1999, p. 103-118. Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/revista/noticias/articuloCEPAL/5/19255/P19255.xml&xsl=/revista/tpl/p39f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em 02/04/2010.
- _____. **Que és capital social comunitário?** Santiago do Chile: CEPAL/ECLAC, 2000 (Série Políticas Sociales – 38).
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A perspectiva da Economia Solidária.** IN: FISCHER, Tânia. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FRANÇA FILHO, Genauto, LAVILLE, Jean-Louis (orgs.). **A economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre. UFRGS. 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje.** In: **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco Lara; COSTA, Beatriz (orgs.). Vozes. Petrópolis. 2000.

GRANOVETTER, M. et al. **Social Networks in Silicon Valley**. Stanford University, março de 2000. Disponível em <http://web.mit.edu/ecastill/www/publications/CastillaExtract.pdf>. Acesso em 16/04/2009.

JACOBS, Jane. **The death and life of Great American Cities**. New York: Random House, 1961.

JUNQUEIRA, Luciano A. P. **Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde**. Revista de Administração Pública – RAP, v. 34, nº 6, p. 35-45, nov./dez. de 2000. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Disponível em http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_artigos.asp?cd_edi=7. Acesso em 08/04/2009.

KOHL, Volnei K. **O reflexo da sociedade em rede nas organizações: a tecnologia da informação, a flexibilização e a descentralização concentradora (de poder e riqueza)**. Revista Eletrônica de Administração - REAd, edição 12, v. 05, nº 4, p. 25-32, nov./dez. de 1999. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Disponível em <http://read.adm.ufrgs.br/>. Acesso em 12/11/2008.

MANCINI, Euclides. **A Revolução das Redes. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

_____. **Redes de Colaboração Solidária. Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

_____. **O que são e como montar as redes solidárias**. IN: MANCINI, Euclides. Como organizar redes solidárias. Rio de Janeiro: DP&A/Fase/IFil, 2003.

MARTINHO, Cássio. **Algumas palavras sobre Rede**. Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS. Tema do Mês – Fevereiro de 2006. Disponível em http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2006.cfm. Acesso em 14/12/2008.

NETO II, João Joaquim de Melo; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas Ponto a Ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

_____. **Como montar um Banco Comunitário**. IN: MANCINI, Euclides (org.). Como organizar Redes Solidárias. Rio de Janeiro: DP&A, FASE, IFil, 2003 (a).

_____. **Banco Comunitário e Cooperativa de Crédito: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005

_____. **O Poder do Circulante Local. A Moeda Social no Conjunto Palmeiras**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005 (a).

_____. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

NOHRIA, Nitin. **Is a Network Perspective a Useful Way of Studying Organizations?** IN: NOHRIA, Nitin; ECCLES Robert G. Networks and Organizations: structure, form, and action. Boston (MA): Harvard Business School Press, 1992.

PAEZ, Luis Francisco Verano. **Economia Solidária: uma alternativa ao Neoliberalismo**. Santa Maria: Sesma, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (P.N.U.D.). **Relatório do Desenvolvimento Humano - 1999**. Nova York: PNUD, 1999. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em 12/09/2008.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAZETO, Luis. **Economia de Solidariedade e Organização Popular**. IN: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (orgs). Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez, 1993.

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco Comunitário. Serviços Financeiros Solidários em Rede**. Fortaleza: Rede de Bancos Comunitários, 2006.

REIS, Tatiana Araújo; MEIRA, Ludmeira. **A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões**. XXIX ENANPAD - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais. Brasília (DF): ANPAD, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras – ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. IN: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2002.

_____. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Revista Estudos Avançados. São Paulo, v.18, nº 51, 2004.

_____. **A Economia Solidária como Ato Pedagógico**. IN: KRUPPA, Sonia M. P. Economia Solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Os processos da Globalização**. IN: SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). A Globalização e as Ciências Sociais, 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (org). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (a).

WORLD BANK. **World Development Indicators – 2008. Poverty data: a supplement to World Development Indicators**. Washington: World Bank, 2008. Disponível em: <http://ddp-ext.worldbank.org/ext/GMIS/home.do?siteId=2>. Acesso em: 02/05/2010.